



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007220-61.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Embargos de Terceiro - Posse**  
 Embargante: **MARIA CHRISTINA DOTTO DE ALMEIDA**  
 Embargado: **EDILSON POLI e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de embargos de terceiro em que a embargante se volta contra penhora de automóvel de sua propriedade levada a cabo em processo de que não faz parte.

Pelo que se apurou, o embargado ajuizou ação contra o Supermercado Dotto Ltda., a qual foi julgada procedente com a condenação deste ao pagamento de R\$ 4.263,98 (fl. 66).

Com o trânsito em julgado do decisório (fl. 69), sobreveio já na fase de seu cumprimento a penhora de automóvel (fls. 169/170) cuja propriedade seria da embargante.

A embargante reconheceu que é sobrinha do representante legal da executada e que teria cedido a posse do veículo sobre o qual recaiu a constrição em razão de suas dificuldades financeiras (fl. 04).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Nesse contexto, tocava à embargante comprovar os fatos constitutivos de seu direito, na esteira do que dispõe o art. 333, inc. I, do Código de Processo Civil.

A simples circunstância do automóvel em apreço estar em nome dela não define por si só a sua propriedade, porquanto os registros dessa natureza possuem caráter preponderantemente administrativo.

Por outras palavras, eles isoladamente não se prestam à definição da titularidade dos bens que contemplam.

Outrossim, seria imprescindível que a embargante demonstrasse que a utilização do veículo por parte do representante da executada se daria de acordo com o que ela aqui asseverou.

Tal estado de posse em princípio é compatível com a ideia da propriedade do bem, como denotam as regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95), o que se reforça pela ausência de ao menos indícios quanto à explicação ofertada pela embargante.

Nesse sentido, ela não amealhou documentos que prestigiassem sua versão e tampouco foram inquiridas testemunhas que denotassem a cessão gratuita do veículo penhorado de parte da mesma enquanto sua proprietária.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição da postulação vestibular à minguada de respaldo seguro que amparasse as alegações da embargante.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Oportunamente, prossiga-se na ação principal.

P.R.I.

São Carlos, 29 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**